

Em uma concorrência regida pela lei de licitações, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), responsável pelos procedimentos, somente poderia contratar serviços de telecomunicações. Assim, participariam da concorrência apenas as atuais concessionárias, sendo excluídas empresas como as prestadoras de tecnologia e as fornecedoras de equipamentos.

“Um processo de licitação não pode restringir a participação de empresas aptas a oferecer um determinado serviço”, afirma Lucas Furtado, procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU e relator do parecer que contestou a licitação do Fust. Esse foi o argumento que emperrou o processo em 2001. No ano passado, o governo suspendeu a licitação.

Na instalação de telefones públicos, por exemplo, a Anatel não pode adquirir os telefones, mas pode conceder a exploração.

Governo Eletrônico conecta órgãos públicos da Folha de S.Paulo

O Ministério das Comunicações está implementando desde o início do ano a primeira fase do projeto Gesac (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão).

O plano tem o objetivo de conectar à internet de banda larga escolas e órgãos governamentais que já possuam computadores, mas que ainda não tenham esse serviço. Algumas localidades estão em regiões de difícil acesso, como a Amazônia, o que requer a utilização de tecnologias como a de conexão via satélite.

Até o momento, foram instalados cerca de 2.000 pontos de acesso à internet em todo o país. Em cada ponto de conexão, estão ligados, em média, oito computadores. A primeira fase, que custará aos cofres públicos R\$ 78 milhões, deverá colocar 3.200 equipamentos que permitirão o ingresso na rede mundial de computadores.

O projeto aproveita a infra-estrutura instalada de outros programas, como o do Proinfo”, afirma o ministro Miro Teixeira —o Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação), do Ministério da Educação, ensina professores a utilizar novas mídias em sala de aula.

“A exclusão digital não é combatida apenas oferecendo computadores. É preciso também dar acesso à internet com um serviço de qualidade. Por isso, colocamos à disposição da população a conexão em banda larga.”

Além do acesso à internet, está sendo construído um site que terá dois objetivos. O primeiro é facilitar ao usuário a utilização dos dados do governo disponíveis na rede. Haverá links para cada ministério e itens que, por exemplo, auxiliarão o cidadão a buscar informações sobre um determinado benefício oferecido pelo governo. A idéia é que essa seja a página inicial dos computadores computadores de órgãos e de escolas públicos ligadas à internet.

Segundo o ministro, caso seja aprovado o novo modelo de licitação ligado ao Fust, as concessões dependerão das necessidades regionais de cada Estado. Os conselhos de educação poderão encaminhar suas propostas.

Folha de S.Paulo – 25/10



Trensurb tenta liberar ampliação do metrô

TCU ANULOU PROCESSO DE LICITAÇÃO

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) vai tentar a partir de hoje liberar a licitação que prevê a ampliação do metrô até Novo Hamburgo, no Vale do Sinos. Há cerca de um mês, o Tribunal de Contas da União (TCU) anulou o processo, alegando possibilidade de superfaturamento e cláusulas restritivas à participação de um maior número de concorrentes. A direção da Trensurb alega que o projeto já perdeu R\$ 50 milhões de investimentos em razão de empecilhos legais.

Hoje é o último dia para a Trensurb contestar a decisão do tribunal, que exige um novo processo licitatório e poderia acarretar mais dois anos de atraso à extensão da linha 1, cujo projeto foi elaborado em 2001. O presidente da Trensurb, Marco Maia, revelou ontem que a empresa decidiu recorrer ao TCU para aprovar a licitação feita na gestão anterior.

- Para nós, seria mais fácil criticar a gestão passada e abrir um novo processo, mas nossos técnicos concluíram que esse não seria o melhor caminho, e não queremos dar um tratamento político ao caso - justificou Maia.

Assim, deverá ser encaminhado hoje um pedido de esclarecimento ao tribunal, passo inicial para que o parecer do relatório elaborado pelo ministro Marcos Vileça seja revisto. Segundo Maia, uma análise técnica verificou que o preço estabelecido pelo consórcio Nova Via, vencedor da licitação, está abaixo dos valores internacionais de mercado para um metrô elevado.

- Pelo contrato, o custo seria de US\$ 19 milhões por quilômetro. O preço internacional fica em US\$ 30 milhões - afirma.

MAIA QUER LIBERAÇÃO DA OBRA COM FISCALIZAÇÃO

Maia acredita que um novo processo de licitação possivelmente traria um valor até mais caro, e não mais barato, do que o já estabelecido. Depois de entregar o pedido de esclarecimento, a Trensurb vai aguardar um novo pronunciamento do TCU, o qual não tem prazo para ocorrer. - O ideal é que o tribunal liberasse a obra e depois acompanhasse e fiscalizasse sua execução, para que deixemos de perder investimentos - explica Maia. Desde a elaboração do projeto, tramitam ações no tribunal e na Justiça Federal contra a licitação. Foram previstos no orçamento da União R\$ 50 milhões para a ampliação da linha do metrô. Em razão das complicações legais, porém, a verba não pôde ser usada. O custo total da obra está avaliado no contrato em R\$ 360 milhões, sem a correção monetária.

ENTENDA O CASO

O QUE APONTA O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

1. Superfaturamento Conforme os juízes, os valores previstos no contrato seriam superiores aos praticados pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e outros metrôs, havendo possibilidade de superfaturamento

2. Cláusulas restritivas Cláusulas que, segundo o ministro dos Transportes na época, Eliseu Padilha, foram incluídas para garantir que a obra fosse executada por empresas experientes e com capacidade financeira, teriam excluído muitas empreiteiras do processo, barrando a concorrência

3. Licitação única - O TCU recomendou o fracionamento da licitação para a obra civil e para a implantação dos sistemas de operação. Fazendo isso, a União poderia obter o menor preço para cada um. Se a licitação for única, a Trensurb deve comprovar a inviabilidade técnica e econômica do fracionamento .

AS ALEGAÇÕES DA TREN SURB

1. Uma análise técnica levou à conclusão de que uma nova licitação dificilmente provocaria redução nos preços da primeira licitação. O valor previsto para o metrô elevado pelo contrato anulado pelo TCU seria de US\$ 19 milhões por quilômetro, enquanto o valor no mercado internacional hoje seria de US\$ 30 milhões. Conforme a Trensurb, o TCU se baseou em planilhas do Daer que envolvem menor complexidade e custos mais baixos .

2. A licitação envolveu cinco concorrentes. Conforme a direção da empresa, as construtoras preferiram participar da licitação na forma de consórcios, e não isoladamente. Por isso, os cinco participantes na verdade englobariam cerca de 50 diferentes empresas.

3. A Trensurb argumenta que há uma tendência de, em obras metroviárias, optar pela licitação única. Esse modelo traria facilidades para a rapidez e a fiscalização.

Zero Hora – 28/10



Enfrentamento da corrupção

O Tribunal de Contas da União (TCU) revelou, no mês passado, que das 381 obras públicas fiscalizadas este ano e das 40 que estão sendo vistoriadas, 88 apresentam graves irregularidades. Por sua vez, os golpes com o dinheiro público, sob investigação no País, alcançam mais de R\$ 5 bilhões, alguns deles praticados após a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, estes últimos em desvios oficiais que parecem ser impossíveis de controlar. Sobre o trabalho do TCU, as irregularidades anteriores, já apuradas, vão desde a contratação por meio de licitações viciadas (30% do total de obras fraudadas), superfaturamento (20%) e alterações indevidas nos projetos (10%).

O trabalho até agora realizado pelo órgão serve como subsídio à Comissão Mista de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.